

Reunião Extraordinária de Câmara de 30/10/2014

Deliberação Nº 327/2014: Documentos Previsionais para o ano 2015

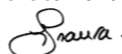
Presente a informação n.º 8535/2014 da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo).

Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, ao abrigo da alínea c), nº 1 do do artigo 33º da mesma Lei, os Documentos Previsionais para o ano 2015 – opções do plano e proposta de orçamento –, após a sua submissão à DGAL, para apreciação técnica, conforme previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 10º da Lei nº 43/2012 de 28 de Agosto. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista na Câmara Municipal de Espinho votaram contra os documentos previsionais para o ano de 2015 por considerarem o seguinte: 1 – O empréstimo de curto prazo no valor de 1,8 milhões de euros revela que há um descontrolo orçamental na despesa e dificuldades crescentes na tesouraria; 2 – A existência de verbas extraordinárias previstas na receita são pura ilusão e difícil arrecadação, como ficou evidenciado nos orçamentos mais recentes; 3 – Não há consolidação orçamental pelo lado mais adequado, o da despesa. Não existem medidas do lado da despesa que permitam ao município deixar de recorrer às receitas extraordinárias para existir o necessário equilíbrio orçamental; 4 – As despesas correntes continuam em crescimento acelerado e não há uma medida que evidencie um esforço para a fazer descer. Pelo contrário, há sinais evidentes que a receita está excessivamente sobrevalorizada; 5 - Os contratos interadministrativos demonstram que 75% da população é completamente menosprezada por pura mesquinhez político-partidária. Não se entende a falta de equidade e igualdade neste tipo de delegação de competência. As duas maiores freguesias do concelho de Espinho, Anta / Guetim e Espinho recebem apenas 20% das verbas correspondentes aos contratos interadministrativos; 6 – O tarifário da água não cumpre o estabelecido na Recomendação 1/2009 da ERSAR e continua a aumentar as tarifas para o presente documento previsional em 2%, quando a inflação em Portugal é nula há 4 trimestres

consecutivos; 7 - A previsão de mais uma concessão no valor constante no Quadro I, (síntese da situação financeira atual e previsões de evolução do PAEL) para vendas de bens de investimento de 3 milhões de euros, demonstra que todas as anteriores propostas falharam. (concessão do parque de campismo, terreno no quarteirão entre as ruas 2 e 4, 29 e 31 para o orçamento para 2013, habitações devolutas, terrenos e concessão dos parques de estacionamento à superfície para o orçamento para 2014). Insistir nesta medida restritiva não trará mais economia e competitividade ao concelho de Espinho, bem pelo contrário, nomeadamente à área mais importante em termos de turismo e serviços; 8 - A componente de investimento vertida no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que deveria apontar uma estratégia futura, reflete muito o passado, obras sem qualquer valor acrescentado, atraso na conclusão das obras de 2012 e um evidente desinvestimento na solidariedade social; 9 - O despesismo alicerça-se na previsível construção de uma nova piscina municipal no valor final de 3,3 milhões de euros (quando existem duas no concelho e que carecem da adequada manutenção e valorização) e na realização do campeonato do mundo de futebol de praia. Este pode explicar a dotação de 1,744 milhões na área da Promoção do Desporto, sem se entender de onde vem a fonte de financiamento; 10 - Os projetos que deveriam apontar a estratégia de investimento do município não estão plasmados no PPI ou no Plano de Atividades (PA) e revelam a inexistência de um projeto consolidado de desenvolvimento para o município de Espinho; 11 - O aumento da receita do principal imposto arrecadado, Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ao longo dos últimos 3 anos, demonstra que a consolidação orçamental não tem sido devidamente refletido no lado da despesa, nomeadamente, na descida da despesa primária e nos consumos intermédios, sendo que as despesas correntes correspondem a 59,7% do orçamento, cresceu 3 p.p. relativamente ao orçamento para 2014 e os encargos de funcionamento correspondem a 86% das receitas correntes; 12 - O excesso de despesa corrente vai-se refletir na dificuldade em amortizar a dívida a fornecedores de forma a esta apresentar valores próximos do que está plasmado no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), aquando da contratação do PAEL - Programa I. A dívida a fornecedores em 2015 deveria rondar os 3 milhões de euros, mais concretamente 3.075.023,67 euros, o que vemos com particular dificuldade em concretizar-se. Atualmente, a atual dívida a fornecedores a 24/10/2014 rondava os 7,6 milhões de euros e até ao final do corrente ano, o município está comprometido a apresentar um valor de 3.330.515,95 euros. Parece-nos difícil que o município consiga descer a dívida a fornecedores até aos valores que se comprometeram com o Estado

português através do PAF; 13 – Este orçamento evidencia ainda que a CME ganha 100% com a água, (custos de 1 milhão e proveitos de 2 milhões), 50% com os encarregados de educação que pagam as refeições escolares dos seus educandos e os encargos com o serviço da dívida atingem 15% das receitas correntes.”. Os eleitos do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: “O Presidente e Vereadores do Partido Social Democrata votaram a favor dos Documentos Previsionais do ano 2015 porque se revêm nos seus princípios e orientações que passamos a citar: “O presente documento apresenta a projeção orçamental para o próximo ano, assente em critérios objetivos e com muito rigor. O plano de atividades e o plano plurianual de investimentos são ambiciosos, mas, tal como os documentos previsionais anteriores, são também realistas, conforme se pode comprovar pela prestação de contas no final de cada exercício. As funções correntes da autarquia pela prestação de serviço público às populações estão asseguradas e reforçadas em termos de dotação orçamental, particularmente e em áreas que se consideram fundamentais, como por exemplo o sistema de recolha de resíduos ou as intervenções do espaço público. Propõe-se dar continuidade ao investimento nas redes de água e saneamento por forma melhorar a eficiência da rede, reduzindo as incidências por ruturas e evitando transtornos para os utentes. O trabalho desenvolvido neste sector tem permitido assegurar o equilíbrio tarifário pelo lado da despesa. Estando no final da execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), prevê-se a execução física e financeira final de diversas candidaturas. Assegura-se também a realização de grandes eventos, devidamente financiados e com a componente nacional assegurada numa lógica de não penalização das atividades correntes e de funcionamento municipais. Antecipando as oportunidades do novo quadro comunitário, Portugal 2020, são igualmente apresentados projetos nesse âmbito, com verbas a definir nos termos que venham a ser aprovados em sede de candidaturas e respetivos contratos de financiamento. Em termos de passivo inscreve-se o serviço da dívida e segue-se com a tendência de redução do prazo médio de pagamento a fornecedores. Em conclusão, estamos perante um sólido, consistente e consciente documento que seguramente merecerá uma boa apreciação pelos espinhenses.”.

A Secretária da Câmara,

**Isaura Maria Gomes Pinto Rocha
Gonçalves**